



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RODRIGO MOTA DINIZ

**PARA ALÉM DA FLORESTA: PROCESSOS EDUCATIVOS A PARTIR DE
REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A REGIÃO AMAZÔNICA NO
PORTAL DE NOTÍCIAS G1**

SANTA CRUZ DO SUL - RS

2025

RODRIGO MOTA DINIZ

**PARA ALÉM DA FLORESTA: PROCESSOS EDUCATIVOS A PARTIR DE
REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A REGIÃO AMAZÔNICA NO
PORTAL DE NOTÍCIAS G1**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação –
Mestrado, Área de Concentração em
Educação, Linha de Pesquisa:
Educação, Cultura e Produção de
Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do
Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Darsie de
Souza.

Santa Cruz do Sul - RS

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Diniz, Rodrigo Mota

Para além da floresta: processos educativos a partir de representações midiáticas sobre a Região Amazônica no portal de notícias G1 / Rodrigo Mota Diniz. – 2025.

56f. : il. ; 1 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza.

1. Educação. 2. Amazônia. 3. Mídia. 4. Neoliberalismo. 5. Informação. I. Souza, Camilo Darsie de . II. Título.

RODRIGO MOTA DINIZ

**PARA ALÉM DA FLORESTA: PROCESSOS EDUCATIVOS A PARTIR DE
REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A REGIÃO AMAZÔNICA NO
PORTAL DE NOTÍCIAS G1**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
Professor Orientador – Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.^a. Dra. Betina Hillesheim
Professora Examinadora – Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.^a. Dra. Cristianne Maria Famer Rocha
Professora Examinadora – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Santa Cruz do Sul - RS

2025

Dedico este trabalho à minha esposa e aos meus filhos, com admiração e gratidão pelo apoio, carinho e presença durante todo o período de elaboração desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a minha esposa e filhos, pelo apoio incondicional e o motor de incentivo ao longo da minha jornada acadêmica. Aos meus amigos e colegas, cuja companhia e colaboração foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, agradeço pelas orientações, paciência e por compartilhar seu vasto conhecimento, contribuindo significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho a todos os professores e funcionários da UNISC e da INTEGRA que, com dedicação e compromisso, fazem destas renomadas instituições um ambiente propício ao aprendizado e a inovação.

RESUMO

A Amazônia corresponde a uma região marcada por uma imensa biodiversidade e relevância sociocultural, em que muitas das vezes é apresentada de maneira simplificada nos meios de comunicação. Os processos educacionais por sua vez, exercem uma função essencial na desconstrução dessas visões difundidas e enviesadas, propiciando uma compreensão mais profunda em relação as dinâmicas socioambientais da região. Isto posto, as representações midiáticas em inúmeros casos tendem a ignorar as complexas relações abrangendo povos indígenas, comunidades tradicionais e o meio ambiente, fortalecendo narrativas que não levam em conta os saberes ancestrais. Sendo assim, educação e mídia passam a ser mecanismos centrais para formar percepções e ações em relação à Amazônia. Diante desse contexto o presente trabalho tem como objetivo problematizar os modos como a identidade cultural local é entendida e contribuir para a reflexão sobre as políticas que visam promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental na região amazônica, conhecendo um pouco mais acerca de sua realidade, e não apenas reduzindo-a conceitualmente. O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica de artigos já publicados com diferentes abordagens, que serviram de base para a análise de matérias publicadas no portal online de notícias G1. Ao final do trabalho foi constatado que este estudo reforça a relevância da Amazônia como um ponto estratégico para o Brasil e o mundo, e que há muito a ser discutido sobre o tema e ainda, nota-se características de discursos neoliberais nos textos do sítio virtual. A área não é apenas uma fonte de biodiversidade ou um símbolo de luta ambiental, mas sim um lugar onde diferentes culturas, histórias e narrativas se entrelaçam. Com a convicção de que valorizar a Amazônia como um todo é uma tarefa urgente e indispensável, que requer colaboração de pesquisadores, educadores, gestores e toda a comunidade.

Palavras-chave: Amazonia; Midia; Neoliberalismo; Informação; Educação; Cultura.

ABSTRACT

BEYOND THE FOREST: EDUCATIONAL PROCESSES BASED ON MEDIA REPRESENTATIONS OF THE AMAZON REGION ON THE G1 NEWS PORTAL

The Amazon corresponds to a region marked by immense biodiversity and sociocultural significance, which is often portrayed in a simplified manner by the media. Educational processes, in turn, play an essential role in deconstructing these widespread and biased views, fostering a deeper understanding of the region's socio-environmental dynamics. That said, media representations in many cases tend to ignore the complex relationships involving Indigenous peoples, traditional communities, and the environment, reinforcing narratives that disregard ancestral knowledge. Thus, education and media become central mechanisms for shaping perceptions and actions regarding the Amazon. In this context, the present study aims to problematize the ways in which local cultural identity is understood, promote the social inclusion of Indigenous peoples and traditional communities, and contribute to reflections on policies aimed at promoting sustainable development and environmental conservation in the Amazon region, by gaining a deeper understanding of its reality—not merely reducing it conceptually. The study was conducted through a literature review of previously published articles with different approaches, which served as the basis for analyzing news articles published on the G1 online news portal. At the end of the study, it was found that the research reinforces the importance of the Amazon as a strategic point for Brazil and the world. It also highlights that much remains to be discussed on the topic, and neoliberal discourse patterns were observed in the texts published on the website. The region is not merely a source of biodiversity or a symbol of environmental struggle, but rather a place where different cultures, histories, and narratives intertwine. There is a strong conviction that valuing the Amazon as a whole is an urgent and indispensable task—one that requires collaboration among researchers, educators, policymakers, and the broader community.

Keywords: Amazon; Media; Neoliberalism; Information; Education; Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região Norte	20
Figura 2 - Panorama dos biomas no Brasil.....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Influência do neoliberalismo na região amazônica.	39
Tabela 2 - Termos mais replicados pela mídia em relação a Amazônia.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CEE	Conselho Estadual de Educação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA	8
1.1 Aspectos geográficos da Região Amazônica	10
1.2 Identidade(s) da Amazônia	15
1.3 Herança cultural amazônica	17
1.4 Desafios da Região Amazônica	21
2 PERCURSO DE PESQUISA.....	26
3 A REGIÃO AMAZÔNICA PELAS LENTES DO PORTAL G1 (GLOBO).....	29
3.1 Atravessamentos do neoliberalismo na midiatização da Amazônia	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

APRESENTAÇÃO

A Região Amazônica, reconhecida pela vastidão da maior floresta tropical do mundo e por sua significativa relevância para a biodiversidade planetária, sempre despertou meu interesse tanto pela sua riqueza natural quanto pela diversidade cultural. Elementos simbólicos como a vitória-régia, as araras, os macacos e as onças ilustram a complexidade dessa região, que, além de constituir um bioma essencial para a manutenção da vida no planeta, configura-se como eixo central de estudos e ações de preservação. Isso se deve à abundância de recursos naturais – como madeira, minérios e água – e à economia diversificada, com destaque para os setores industrial, turístico e agrícola (Leal, 2019).

A ocupação humana na Amazônia remonta a mais de 14 mil anos, sendo protagonizada inicialmente por sociedades indígenas. A chegada dos colonizadores europeus, no século XVI, intensificou a ocupação territorial e deu início a um processo sistemático de exploração dos recursos naturais. Esse período foi marcado, infelizmente, pela drástica redução da população indígena, especialmente devido às doenças trazidas pelos colonizadores (Gonçalves, 2015).

A partir dessa constatação, reconheço que as narrativas hegemônicas sobre a Amazônia, frequentemente, negligenciam a complexidade da formação do Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade. Essas narrativas ignoram a pluralidade de línguas e culturas indígenas que compõem o tecido social da região. A difusão da língua portuguesa, nesse contexto, operou como instrumento de dominação e integração forçada, moldando a construção histórica e simbólica do país.

Observo que tais percepções são construídas sob um viés eurocêntrico, alimentadas por representações sensacionalistas e exóticas da Amazônia. Essa abordagem compromete uma compreensão mais precisa das realidades socioambientais locais, sendo reproduzida tanto nas redes sociais quanto na mídia tradicional, onde prevalecem imagens de “figuras distantes e exóticas” (Gonçalves, 2015). No livro *A Invenção da Amazônia*, Neide Gondim desafia essa visão reducionista ao problematizar a imagem da região como “remota e recôndita”. Segundo a autora, tais representações falham em captar a complexidade do território, especialmente quando são mediadas por ideologias que desconsideram as realidades locais (Gondim, 2007).

Conforme pude constatar em Richer (2023), a Amazônia é comumente representada de forma generalizante, tanto no cenário nacional quanto internacional. Essas imagens, ainda enraizadas em concepções coloniais, retratam a região como isolada e exótica, e seus habitantes como figuras folclóricas ou primitivas. Tais representações não apenas moldam a opinião

pública, mas também influenciam políticas governamentais, decisões de investimento e estratégias de conservação.

Nesse contexto, aproximo-me da análise de Trindade (2022), que discute como o neoliberalismo se manifesta na Amazônia por meio da exploração simbólica do território. Organizações e empresas, conforme argumenta o autor, utilizam a imagem da região como ferramenta de valorização comercial de produtos e serviços, sem, no entanto, garantir benefícios concretos às populações locais. Essa lógica, sustentada por um discurso de sustentabilidade, favorece principalmente atores externos. A Amazônia, então, torna-se uma marca global, enquanto os povos amazônicos são marginalizados e excluídos dos ganhos econômicos, evidenciando contradições entre o discurso ambientalista e a realidade socioeconômica da região.

Essas representações contribuem para o apagamento da diversidade cultural, histórica e ambiental da Amazônia. Entendo que elas reforçam processos de discriminação e exclusão dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais, negando-lhes reconhecimento, saberes e protagonismo histórico. Apesar dos esforços de pesquisadores e ativistas que buscam desconstruir essas narrativas, percebo que ainda prevalece uma visão superficial sobre a região (Woitowicz, 2020).

As representações midiáticas influenciam diretamente na formulação de políticas públicas e nas estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável, frequentemente desconsiderando os modos de vida e os conhecimentos das populações tradicionais. Desde os primeiros momentos da colonização, os povos indígenas foram marginalizados, tidos como “incivilizados” e “irracionais”. Essa construção histórica ainda sustenta, na atualidade, imagens que os colocam à margem do desenvolvimento e da modernidade (Woitowicz, 2020). Ademais, identifico que a região é muitas vezes percebida como “atrasada”, desconsiderando práticas sustentáveis construídas historicamente pelas populações locais (Mello, 2015).

Diante desse panorama, justifico a presente pesquisa pela urgência em tensionar essas narrativas e promover uma leitura mais justa e aprofundada da Amazônia. Meu objetivo é discutir os elementos constitutivos da organização social e cultural da região, questionando discursos coloniais que a reduzem a uma paisagem de floresta, indígenas e animais, enquanto a anunciam como promessa de desenvolvimento econômico.

Defendo que é fundamental valorizar a cultura amazônica a partir de sua própria perspectiva – tarefa desafiadora, pois implica o enfrentamento de séculos de construção

discursiva exógena. A revisão crítica dessas representações é essencial para ampliar o campo de estudos e promover uma imagem mais respeitosa da Amazônia. Com isso, pretendo fomentar uma compreensão mais abrangente da diversidade cultural, histórica e ambiental da região, estimular o debate sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, a partir de uma leitura comprometida com a realidade local.

Delineei, assim, os seguintes objetivos específicos para esta pesquisa: (1) abordar a Região Amazônica em termos geográficos, destacando suas características físicas, biológicas e climáticas, bem como sua relevância para a biodiversidade global e o equilíbrio ambiental; (2) analisar à luz dos Estudos Culturais em Educação a compreensão das representações sobre a região, analisando as relações entre cultura, poder e sociedade; e (3) realizar uma análise das representações da Amazônia na mídia jornalística, com foco no portal G1, observando as percepções que são veiculadas neste meio de comunicação, especialmente na formação da opinião pública.

A partir desses objetivos, proponho como problema central da pesquisa a seguinte questão: Como a região amazônica é abordada no portal de notícias G1 e como os sujeitos são educados sobre ela?

Para alcançar as metas propostas, no primeiro capítulo da dissertação apresentarei os elementos motivadores da investigação. Em seguida, traçarei um panorama da transformação territorial e política da Amazônia, destacando sua relevância histórica e cultural. Na sequência, abordarei os tensionamentos construídos por meio dos Estudos Culturais sobre a região, com ênfase nas dinâmicas sociais e culturais amazônicas. Por fim, realizarei uma análise de matérias jornalísticas publicadas no portal G1, articulando suas representações com práticas e discursos neoliberais contemporâneos.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Durante minha vivência como docente no ensino público, tive a oportunidade de ministrar o componente curricular Estudos Amazônicos, estabelecido pela Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Pará (Pará, 2010). Esse componente assume uma relevância fundamental, pois busca introduzir os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) no que se refere às transformações históricas, sociais e culturais que moldaram o território amazônico. Seu objetivo principal é promover uma compreensão crítica e contextualizada sobre a região, conectando os alunos às realidades locais e ao contexto global em que a Amazônia está inserida.

Entretanto, ao longo de minha prática docente, percebi uma desconexão significativa entre os alunos e o território que habitam. Muitas vezes, ao responderem questões relacionadas à Amazônia, os estudantes utilizavam expressões que sugeriam distanciamento, como: “Porque lá na Amazônia...”, ou “Devemos preservar a floresta amazônica por causa dos animais que lá vivem...”. Essas falas demonstram que muitos não se reconhecem como parte do espaço amazônico, enxergando-o como algo distante de suas vivências cotidianas.

Essa situação levou-me a refletir sobre os fatores que poderiam contribuir para essa percepção. Inicialmente, questionei se minha abordagem metodológica desempenhava algum papel nesse distanciamento. Contudo, em discussões informais com outros docentes do mesmo componente curricular, percebi que esse fenômeno era amplamente compartilhado entre colegas de diferentes escolas e contextos. Esse consenso sugeriu que a questão transcende as práticas individuais e aponta para desafios estruturais e culturais mais amplos.

Diante disso, busquei estratégias para aproximar os alunos de sua realidade amazônica. Adotei práticas pedagógicas que destacassem elementos locais, como exemplos de rios e paisagens próximas, para facilitar o reconhecimento dos discentes com sua região. Apesar dos avanços, a percepção de distanciamento permanecia em muitos momentos. Ao questionar os estudantes sobre suas fontes de conhecimento sobre a Amazônia, as respostas frequentemente apontavam para mídias externas, como programas televisivos, livros ou informações obtidas na internet.

Na prática pedagógica, os alunos frequentemente trazem entendimentos pré-moldados da Amazônia, oriundos de programas de televisão ou materiais didáticos que limita a região a florestas, animais e populações indígenas. Essa percepção é influenciada, em grande parte, pelas representações midiáticas que tratam da região. Vale ressaltar que, segundo Godoy *et al.*

(2016), as narrativas midiáticas têm o poder de moldar afetos e percepções sociais, criando "objetos de afeto" que conduzem e estruturam a visão de mundo dos sujeitos. Assim, podemos enfatizar que esse fenômeno é ampliado pela centralização das produções narrativas em grandes centros urbanos, como aponta Godoy *et al.* (2016). Diante disso, penso que a ausência de força de uma produção narrativa local, que valorize a pluralidade amazônica, contribui para a invisibilidade de suas complexidades sociais, culturais e econômicas.

Além disso, pesquisas sobre as influências externas na construção da identidade amazônica revelam a centralidade de discursos hegemônico, por meio dos quais narrativas externas moldam os entendimentos de sujeitos locais. Como aponta Silva (2016), essas narrativas frequentemente operam com uma lógica de exclusão e desqualificação, impondo aos sujeitos uma posição de subalternidade em relação às representações dominantes. Sobre isso, conforme aponta Godoy *et al.* (2016), o jornalismo local pode atuar como um espaço para a construção de afetos e conexões entre as comunidades, sendo capaz de superar barreiras criadas pelas grandes narrativas midiáticas. No entanto, os autores também referem que as estruturas de poder na mídia centralizam a produção narrativa em grandes centros urbanos, o que restringe as possibilidades de representação das realidades regionais.

Esse cenário constitui um aspecto central para a análise: as narrativas construídas pelas mídias externas influenciam diretamente a maneira como os próprios habitantes da Amazônia percebem a região. A imagem apresentada geralmente reduz a Amazônia a um espaço de exuberância natural e a populações indígenas, ignorando a complexidade social, econômica e cultural que caracteriza o território. Essa construção acaba por invisibilizar as múltiplas dimensões da vivência amazônica e reforça um imaginário que aliena os próprios sujeitos de sua identidade territorial. Nisto, o diálogo sobre a Amazônia exige um esforço contínuo para integrar elementos locais e promover o debate. A pesquisa e a prática pedagógica devem andar de mãos dadas, criando espaços de reflexão e experimentação que permitam aos sujeitos amazônicos reconhecerem seus papéis na construção do território. Este processo, como sugere Nunes (2014), exige flexibilidade, criatividade e um compromisso com a transformação social.

Esses desafios revelam uma necessidade urgente de transformar os espaços educacionais em arenas de resistência cultural. A educação, nesse sentido, não pode ser neutra, ela deve ser um ato político, como defendido por Franco (2016), ao dizer que o diálogo crítico e a reflexão coletiva desempenham papéis centrais na formação de sujeitos conscientes e protagonistas de suas histórias.

No contexto da Amazônia, essa transformação envolve desconstruir o olhar colonizador que ainda permeia muitas das narrativas sobre a região. Como sugere Schneider (2012), é preciso repensar a história a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, dando voz aos "vencidos" e questionando os consensos impostos pelas narrativas oficiais. Assim, é vital destacar como a introdução das tecnologias digitais na educação pode catalisar a ressignificação da identidade amazônica. Ferramentas digitais podem amplificar as vozes locais, permitindo que estudantes participem da construção de narrativas sobre sua região e desafiando discursos dominantes (Veloso, 2023).

No entanto, a representatividade amazônica na mídia, como apontado em estudos sobre narrativas midiáticas, frequentemente reforça e invisibiliza as vozes locais. Essa lacuna sublinha a necessidade de ações comprometidas com as realidades amazônicas, como exemplificado por iniciativas alternativas que destacam os conflitos e a resistência cultural da região.

E ao explorar os efeitos da representação hegemônica, é importante considerar como práticas discursivas reiteram relações de poder que marginalizam identidades amazônicas. A integração de relatos locais e a valorização das culturas indígenas emergem como estratégias transformadoras para promover uma leitura crítica e emancipatória da Amazônia. Vale compreender que o diálogo sobre a Amazônia não é apenas uma questão de compreender o passado ou o presente, mas também de imaginar futuros possíveis. É um convite para que educadores, pesquisadores e comunidades trabalhem juntos na construção de narrativas que reflitam a verdadeira diversidade e riqueza da região, fortalecendo as identidades locais e promovendo a justiça social e ambiental.

1.1 Aspectos geográficos da Região Amazônica

Antes de adentrar a análise do tema proposto, considero fundamental contextualizar os principais fatores relacionados a esse bioma. Para construir uma reflexão crítica, é necessário conhecer a história da região, bem como seus aspectos geográficos, a fim de compreender sua relevância tanto em escala nacional quanto internacional.

O Brasil é um país vasto e diversificado, destacando-se não apenas por sua extensão territorial, mas também por sua população numerosa e heterogênea. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma área de 8.510.417,771 km², distribuída em 5.570 municípios, o país abriga uma população residente de aproximadamente 212,6

milhões de pessoas. Essa diversidade territorial e demográfica reflete-se em uma grande variedade de culturas e modos de vida (IBGE, 2024).

No caso da região Amazônica, localizada no norte do Brasil, englobando os estados do Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre, Amazonas e Tocantins (Levien; Figueiredo; Arruda, 2021), destaco que ela possui a maior diversidade biológica do planeta, além de abrigar a maior bacia hidrográfica do mundo. Sua vasta extensão totaliza 7.584.421 km², abrangendo territórios de diversos países, como Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana Francesa, Bolívia e Brasil (Figura 1). No território brasileiro, a Amazônia ocupa uma área de 5.033.072 km², o que corresponde a cerca de 66% da área total do país (Costa et al., 2013). Segundo Zanata (2021)

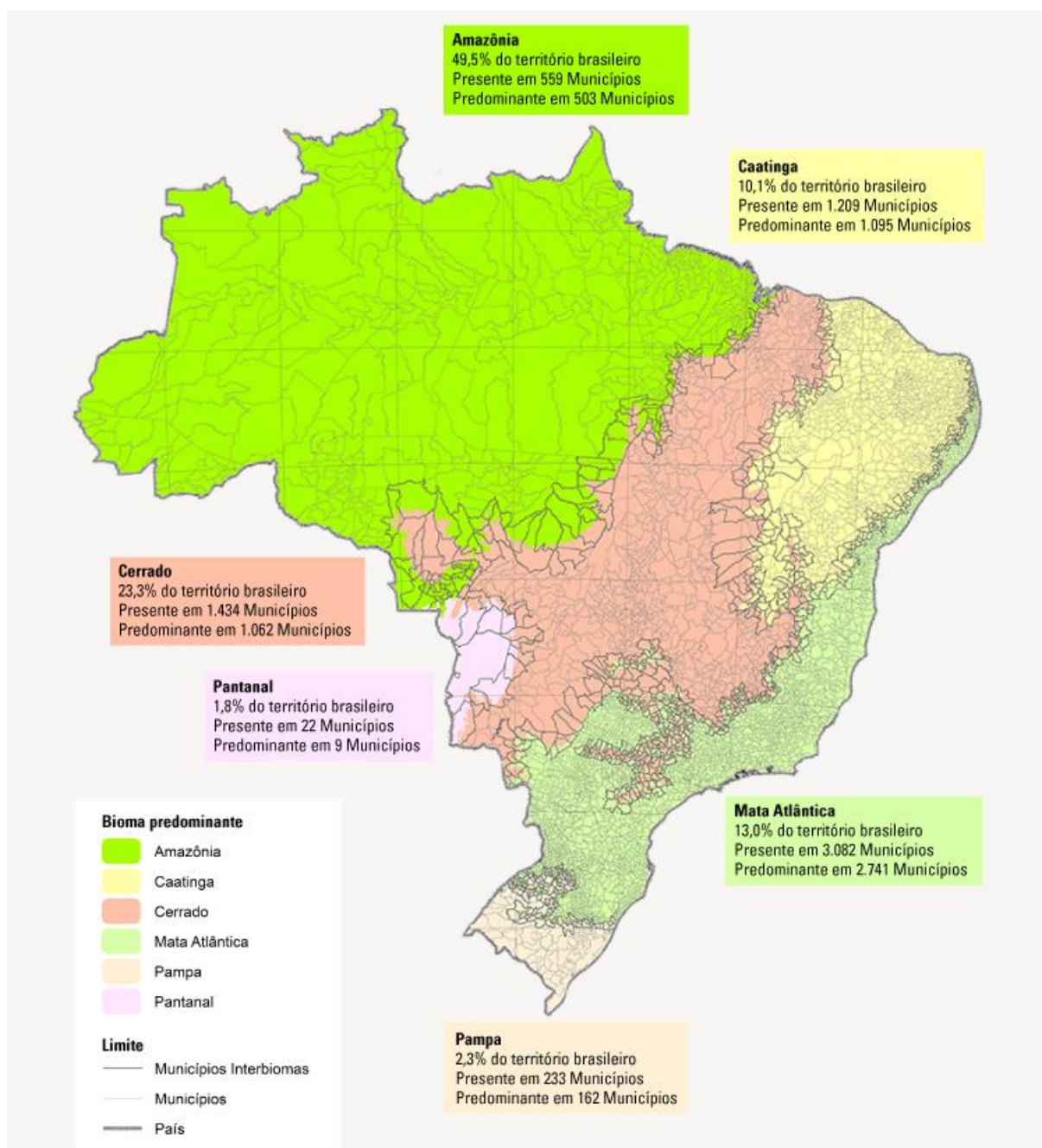
O bioma Amazônico ocupa uma área de 40% do território nacional e possui rica diversidade na flora e fauna, sendo mundialmente conhecida como o local de maior biodiversidade do planeta. A floresta Amazônica abriga diversas espécies de animais e vegetação, como também de micro-organismos, sendo formada por três tipos de florestas terra firme, florestas de várzea e floresta de igapó, abrigando também áreas de Cerrado e campinas. Além disso, conta também com grande diversidade social e cultural, uma vez que aproximadamente 190 povos indígenas vivem na Amazônia (ZANATA, 2021, p. 19).

A Amazônia apresenta como maior característica o fato de ser uma floresta tropical, marcada por uma grande umidade e fonte de desejo de inúmeros países por possuir a maior biodiversidade do planeta. Nessa região impera três tipos de vegetação segundo Koch, Santos e Ilkiu-Borges (2014, p. 1), “Floresta de Terra Firme, Várzea e Igapó”. Vale ressaltar que cada uma dessas apresenta diferentes particularidades, onde a quantidade de água em cada mata é um dos principais pontos para sua diferenciação, consequentemente, esses fatores irá estabelecer o tipo de vegetação que irá constar em cada floresta.

A região amazônica, ocupa quase metade do território brasileiro e é habitada por cerca de 33 milhões de pessoas, incluindo uma significativa população indígena, além de destacar-se pela sua biodiversidade. Estudos indicam a presença de aproximadamente 14.003 espécies de plantas na região, destacando-se a vitória-régia como um dos símbolos desse bioma. Além disso, a diversidade animal é impressionante, com mais de 30 milhões de espécies, muitas ainda desconhecidas pela ciência, incluindo aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes, como tucanos, araras, macacos e onças (IBGE, 2022).

O clima predominante é o equatorial úmido, caracterizado por chuvas frequentes e altas temperaturas ao longo do ano. Essas condições climáticas contribuem para a vegetação e para a riqueza hidrográfica da região. A Bacia Amazônica e o Rio Amazonas, seu principal rio,

Figura 2: Panorama dos biomas no Brasil



Fonte: IBGE (2024)

No panorama econômico, revelam-se disparidades regionais que se intensificaram ao longo da história. No século XIX o café, o açúcar e o algodão dominavam a economia agrícola brasileira, consolidando as elites paulista e, com aumento da produção e exportação, houve aumento também na mão-de-obra escrava. Contudo, a região norte foi afetada com poucos

investimentos e apoio político nacional (Mello, 1999). Segundo Ramos (2014), por um longo período

a região permaneceu baseada na economia extrativista florestal, principalmente no Estado do Pará, caracterizando-se por um núcleo econômico autônomo e isolado, com uma produção que, apesar de contínua, nunca atingiu grande expressividade econômica (Ramos, 2014, p. 4).

Além disso, no século XIX, houve o auge da produção de borracha nas cidades de Manaus no Amazonas e Belém, no Estado do Pará. No entanto, essa atividade entrou em estagnação logo após uma crise ocorrida em meados do século XX. Atualmente, a população enfrenta diversos desafios no desenvolvimento econômico e na preservação ambiental, com iniciativas voltadas para a conservação da biodiversidade da Floresta Amazônica (Cesar, 2014).

Na visão de Lourenço (2007), para melhor entender a economia do século XIX, é necessário compreender as mudanças ocorridas na região amazônica, especialmente com a diminuição da produção interna. Essa redução foi influenciada por diversos fatores, incluindo condições favoráveis no mercado mundial para produtos tropicais. No entanto, os altos impostos acabaram prejudicando o crescimento econômico, tornando-se um obstáculo para buscar uma maior representação e retorno financeiro por parte do governo.

Durante toda a sua história a Amazônia enfrentou inúmeros desafios, principalmente no campo econômico e social, marcadas por grande exploração, impactando tanto a economia regional como também a preservação ambiental. Krenak (2020) ao trazer a perspectiva dos povos originários, promove fortes críticas em relação ao modelo de desenvolvimento que diminui a floresta a somente um meio a ser explorado.

A história demonstra um ciclo predatório e econômico intensificado na região, marcados pela extração de borracha e a mineração, que com o passar do tempo teve como resultado a devastação de uma grande área, somado a perda de biodiversidade, gerando grandes danos às populações indígenas em prol do denominado “desenvolvimento”. Outro fator que impacta a região é o avanço da agropecuária aliado a grandes projetos de infraestrutura que agrava esse cenário. No entanto, o verdadeiro desenvolvimento precisa reconhecer a Amazônia como elemento vivo, englobando os saberes tradicionais aos discursos econômicos. Somente assim será possível promover equilíbrio frente as demandas humanas e a preservação do bioma (Krenak, 2020).

Souza (2019), destaca esse contexto vivenciado na região amazônica como centralização do desenvolvimento econômico, direcionado para o eixo sul-sudeste do Brasil, resultando em uma marginalização da Amazônia, levando a mesma a ser vista somente como

uma área de exploração. Esse contexto, para o autor, reflete a necessidade de haver um modelo econômico mais inclusivo e sustentável que tenha como foco a valorização dos povos locais.

Santos (2002) critica de forma incisiva a exploração histórica da Amazônia, ressaltando que ela tem sido atenuada pela grande extração desenfreada de recursos naturais, resultando em poucos benefícios para a população regional. Ainda, segundo a autora, tanto a extração de madeira como também a de minério tem beneficiado em grande parte das vezes somente empresários e investidores estrangeiros, provocando um rastro de degradação ambiental e social. Para ela, é preciso repensar o modelo de desenvolvimento na região, procurando meios sustentáveis que promovam uma maior valorização do conhecimento e respeite os direitos dos povos amazônicos.

A região desempenha um papel fundamental na regulação climática e também na manutenção de água doce, sendo uma região muita vasta, e rica em biodiversidade. Possui um bioma excepcional não apenas para o Brasil, mas para o mundo todo, todavia, no campo econômica percebe-se uma certa exclusão no que tange a investimentos em infraestrutura regional.

1.2 Identidade(s) da Amazônia

No geral, até o início do século XX, a historiografia brasileira tratou a miscigenação mais como um problema moral do que como objeto de investigação histórica séria, com opiniões variadas sobre seu impacto na formação do país (Reis, 2007). Neste contexto, é importante destacar os antigos vieses de preconceito presentes na história, marcados pela degradação dos povos indígenas e negros durante a escravidão no Brasil. A mistura mestiça resultante dessas interações culturais na região amazônica contribui para a formação de nossa identidade cultural. Compreender essa dinâmica é fundamental para uma melhor compreensão da cultura afro-brasileira e das raízes históricas que moldaram a sociedade brasileira (Brugnara, 2019).

O processo cultural do Brasil também abrange sua diversidade linguística, com mais de 150 línguas nativas. Essa diversidade inclui a adoção da língua tupinambá – chamada pelos falantes de línguas tupi de tapuias, termo também adotado pelos portugueses e seus descendentes. Reforçando essa ideia, Barros (2003) afirma que:

A formação da oposição entre tupi e tapuia – que correspondia à oposição entre índios cristianizados e índios bárbaros – revelou-se produto da política indigenista colonial. A categoria tapuia – termo de origem tupi com sentido de “inimigo” – foi usada no

Brasil para se referir aos grupos indígenas não-tupi, considerados bárbaros, em oposição ao grupo tupinambá ou ademais nações de língua geral. Em termos linguísticos, essa oposição tomou a forma daquela entre língua geral e línguas tapuia ou “travadas”. A dicotomia tupi versus tapuia tinha relação com a ideologia colonial de uma língua comum em um território contínuo. As línguas tapuia – vistas como “travadas” e “bárbaras” – eram consideradas empecilho para a colonização. A expansão do tupi – tido como “geral” – sobre as línguas tapuia refletiu a ideia de que um território deveria ter uma só língua (Barros, 2003, p. 88-89).

Isto porque:

A tradução deixa de ser aquela figura de correspondência bipolar descontextualizada, deixa de ser também só um acontecimento de superfície, perfilado sobre um pano de fundo cultural abstrato, e passa a estar cada vez mais inserida numa dinâmica de relações interculturais (Scharlau, 2003, p. 103).

Os europeus, inspirados pelos portugueses na África, levavam habitantes locais para Portugal para aprenderem português e atuarem como intérpretes. Essa prática se estendeu às feitorias no Brasil, onde os bens coloniais eram armazenados e a comunicação era facilitada por intérpretes, muitas vezes criminosos portugueses que eram colocados entre os indígenas para aprenderem suas línguas. Tais sujeitos “não funcionavam apenas como intérpretes linguísticos, mas também (e principalmente) como mediadores que atuavam quer nos processos de desvelamento” (Faraco, 2016, p. 63).

Contemporaneamente, os avanços dos movimentos sociais, do agronegócio e da reforma agrária geraram a necessidade de repensar os métodos tradicionais sob uma perspectiva mais coletiva e humanizada. O aumento do desmatamento na Amazônia e a aprovação da utilização de terras públicas são pontos cruciais a serem considerados no contexto da atividade agrícola na região. Como meio de impulsionar a economia, no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram elaborados dois programas com o objetivo de melhorar o transporte na região. Durante o segundo mandato de FHC, houve significativos avanços na infraestrutura voltada para o escoamento da produção. No entanto, alguns projetos importantes, como a hidrovía do rio Araguaia e do Tocantins, que visavam reduzir os custos de transporte, permaneceram sem mudanças significativas até os dias atuais (Oliveira, 2006).

A Amazônia, devido aos seus vastos recursos naturais, tornou-se um ponto de disputa geopolítica, no entanto, é fundamental reconhecer que essa valorização não deve prejudicar as populações locais, detentoras de conhecimentos tradicionais e históricos sobre a região. Ainda, é importante considerar a contribuição para o desenvolvimento econômico sustentável da região e do país como um todo, visando capitalizar nas oportunidades existentes e garantir um desenvolvimento sustentável ao longo do século.

Essa percepção é motivada não apenas pela preocupação com a preservação natural, as mudanças climáticas globais, a perda da biodiversidade e a escassez de recursos, mas também pela necessidade de desmistificar percepções arraigadas na história da região, que ocultam a verdadeira compreensão da mesma. Assim, é necessário levar em conta as demandas da cidadania, incluindo questões ambientais e de direitos humanos, na formulação de políticas para a região.

1.3 Herança cultural amazônica

A Amazônia é uma região de extrema importância cultural, ambiental e social, marcada por uma diversidade de povos, crenças e modos de vida. Ao longo do tempo, a população da Amazônia desenvolveu uma base sólida de conhecimentos ancestrais, transmitidos de geração para geração, que sustentam suas práticas e relações com a natureza, mas que se transformam conforme os atravessamentos culturais que marcam tempos distintos (Zanata, 2021). Assim, podemos pensar que a identidade amazônica não é única, mas sim plural e em transformação, a partir das transformações que acompanham as sociedades. De acordo com Hall (2003):

A identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, mesmo, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Do ponto de vista do “eu coletivo”, nacional, não há um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças [...]. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical (Hall, 2003, p. 108).

Os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e outras comunidades tradicionais da Amazônia buscam, muitas vezes, manter conexões espirituais com a terra, os rios e a floresta, fundamentadas em suas crenças e tradições. Essa base cultural tem sido considerada essencial para sua sobrevivência e resistência diante das transformações e pressões externas, e isso implica na importância de valorizar e reconhecer diferentes heranças culturais presentes na sociedade (Pedrosa; Pinto; Dagnaisser, 2023).

A visão atual da região foi moldada na época da colonização, quando os viajantes registravam as suas experiências nas viagens, influenciando a percepção da região por olhos de quem não era nativo. O que mais era enfatizado era o choque cultural entre a cultura local e a dos europeus, o que contribuiu para a criação de uma imagem fantasiosa da região (Miranda, 2023). Nesse sentido, Souza (2019), diz que:

As crônicas dos primeiros viajantes são de escrupulosa sobriedade em relação aos sofrimentos dos índios. Por meio desses escritos, instala-se para sempre a incapacidade de reconhecer o índio em sua alteridade. Negaram ao índio o direito de ser índio. Ele, o selvagem, vai pagar um alto preço pela sua participação na Comunhão dos Santos. E, com o sequestro da alteridade do índio, ficou sequestrada também a Amazônia (Souza, 2019, p. 86).

Miranda (2023) reforça que a construção dessa imagem da região Amazônica, enfatizando "mistérios e perigo", realmente tem impactado negativamente a criação e o foco na cultura e identidade da população da região. Esses conceitos foram amplamente difundidos e internalizados, influenciando os discursos sobre a região e mantendo crenças que persistem até hoje. Para compreender toda a diversidade, seria necessário o convívio diário, pois somente assim seria possível uma compreensão do comportamento das pessoas e das suas tradições. Ainda, levando em consideração a mudança na percepção individual, deve-se considerar como as particularidades culturais são interpretadas e valorizadas (Oliveira, 2022).

Isso contribui para o fortalecimento do diálogo sobre as heranças culturais e para a valorização das diferenças. Em síntese, a percepção simplificada da Amazônia como uma terra selvagem e intocada, frequentemente difundida pela mídia e por discursos coloniais, oculta a realidade complexa e dinâmica da região. Essas narrativas não refletem sua diversidade cultural, suas lutas históricas e as aspirações das diferentes comunidades amazônicas (Ramos et al., 2022).

Logo, é fundamental reconhecer a importância dos conhecimentos tradicionais e das crenças dos povos amazônicos na preservação da biodiversidade e na busca por formas sustentáveis de convivência com o meio ambiente. A valorização desses saberes ancestrais é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de conservação e uso responsável dos recursos naturais da região (Aragón, 2018).

Os descendentes dos povos indígenas da Amazônia têm um importante papel na composição da população atual. Eles carregam consigo não apenas uma herança genética, mas também crenças, tradições e culturas que são essenciais para a identidade da região. Suas práticas culturais, conhecimentos sobre plantas medicinais, técnicas de agricultura sustentável e habilidades de navegação fluvial são parte integrante da sua cultura (Ramos et al., 2022).

A região amazônica não é apenas um espaço físico, além do mais, é um palco de resistência e mobilização social. Onde os movimentos indígenas, ambientalistas e defensores dos direitos humanos lutam por justiça, autonomia e preservação dos territórios tradicionais. Essa luta coletiva é essencial para enfrentar os desafios decorrentes da exploração predatória e da degradação ambiental (Ramos et al., 2022).

Em uma experiência vivida por Brito e Costa (2023), que estiveram na Aldeia Nossa senhora das Graças, localizada na Terra Indígena São Marcos, na zona rural do município de Barra do Garças - Mato Grosso, onde vivem os povos originários de etnia Xavante, enfatizou-se a importância de preservar a diversidade cultural desses povos. O trabalho e estudo dos autores resultaram na criação de um documentário que proporciona a oportunidade de compreender a cultura da população da região e de pensar sobre os diferentes modos de ser amazônico. Pacheco (2013) diz que:

Em diálogo com um ribeirinho, habitante do rio Buiussú, no município de Melgaço, exímio puxador de coluna, o qual herdou da mãe a arte de curar corpos com rasgaduras ou “veias encaneladas”, tomamos conhecimento de que entre os óleos naturais utilizados para trabalhar regiões endurecidas ou deslocadas do corpo, está o “tacacá” da preguiça – espécie de líquido encontrado entre as articulações ósseas do animal que, na compreensão cosmológica afroindígena, não sofre desses males. Segundo o puxador, o tacacá do animal é o melhor azeite que conhece para trabalhar massagens em locais inflexíveis e doloridos do corpo, pois a preguiça realiza com maestria e habilidade os maiores malabarismos por carregar um poderoso lubrificante em suas juntas. A explicação para o uso do “tacacá da preguiça” como poderoso remédio na resolução de problemas de coluna assenta-se em profunda relação do homem com a fauna e a flora marajoara. Conhecedor dos códigos e regras da floresta e da vida dos animais, o ribeirinho puxador demonstra sintonia com a dinâmica da cultura ribeirinha e compreensão de sua potencialidade para garantir sua existência de suas tradições (Pacheco, 2013, p. 484).

A região desperta interesse internacional, destacando a sua biodiversidade e os recursos minerais. No entanto, precisa estender essa narrativa para incluir a herança cultural e da história de cada comunidade, dando ênfase também na saúde e na nutrição. Os povos indígenas enfrentam altas taxas de anemia e desnutrição infantil, refletindo as más condições e os desafios da saúde pública na região (Silva, 2020). Segundo Carvalho (2023)

Em meio às denúncias da trágica situação dos yanomami, as imagens de crianças desnutridas e doentes causam indignação e revolta. Artigos científicos recentes revelam que a desnutrição entre os yanomami é uma das mais graves do mundo, indicando déficits de peso para idade em torno de 50% e déficits de estatura para a idade em torno de 80% (Carvalho, 2023, p. 2).

Outra característica importante da cultura na Amazônia são as embarcações e as técnicas que foram aprimoradas ao longo do tempo. Essas embarcações desempenham um papel vital no dia a dia das comunidades locais, sendo construídas a partir de troncos de árvores, como o bûgu, e são utilizadas tanto para a pesca quanto para o transporte na região amazônica. Além disso, os remos não só impulsionam as canoas, mas também têm um valor decorativo significativo, evidenciando a habilidade artesanal dos povos indígenas da região (Lima; Sousa, 2021).

No contexto gastronômico, o açaí não apenas representa a identidade da região como também impulsiona o desenvolvimento e gera renda, estando conectado aos ritos e tradições locais. Seu consumo remonta a milhares de anos, sendo não apenas uma fonte nutricional, mas também um meio de promover integração social, como nas ocasiões em que as pessoas se reúnem ao lado do açazeiro para compartilhar momentos, histórias e experiências (Silva, 2020). Além disso, o ato de comer está profundamente enraizado na cultura, como mencionado anteriormente, sendo momentos para confraternizar e promover integração social. Essa conexão entre comida e tradições culturais é fundamental para fortalecer os laços sociais. No entanto, é também um tesouro de saberes, práticas e experiências que contribuem para a construção de uma visão mais integrada e sustentável do desenvolvimento na região, valorizando o conhecimento ancestral e as formas de vida tradicionais como parte essencial da identidade e do futuro da Amazônia (Oliveira, 2022).

Desde a chegada dos europeus à região, o catolicismo exerceu uma influência significativa na cultura e nos valores coloniais, muitas vezes gerando conflitos com as crenças e superstições indígenas. O contraste entre as doutrinas católicas e as visões de mundo indígenas, incluindo o encantamento de seres mágicos como o boto e a cobra grande, foi uma fonte significativa de tensões e desafios culturais (Pereira, 2018). Com a presença dos tambores de terreiro na região, demonstra a influência não apenas da cultura africana, mas também da cultura indígena, evidenciando a complexidade e a diversidade cultural da Amazônia. A interação entre esses mitos, a religiosidade popular e as práticas da Igreja Católica ilustram a complexidade das dinâmicas religiosas e culturais na região amazônica. Ricoeur (2013) complementa dizendo que:

Uma falsa explicação através de imagens e de fábulas, mas [como] uma narrativa tradicional sobre acontecimentos que tiveram lugar na origem dos tempos, destinada a fundar a ação ritual dos homens nos dias de hoje e, de maneira geral, a instituir todas as formas de ação e de pensamento através das quais o homem se compreende a si mesmo no seu mundo (Ricoeur, 2013, p. 21).

Portanto, os desafios enfrentados pela população da Amazônia exigem uma abordagem inclusiva, que leve em consideração as perspectivas e necessidades das comunidades locais. Isso inclui o fortalecimento da autonomia e dos direitos territoriais dos povos indígenas, e o estímulo a práticas sustentáveis de uso da terra e manejo florestal.

1.4 Desafios da Região Amazônica

A região amazônica enfrenta um complexo jogo de interesses econômicos, políticos e sociais que influenciam diretamente a preservação de seus recursos naturais. Reflexo das pressões globalizadas e das falhas internas de gestão, uma verdadeira solução para a preservação da floresta passa por uma gestão integrada e participativa, que considere não apenas os aspectos ambientais, mas também as necessidades da população local (Speetjens, 2021).

Desta maneira, a região é retratada de maneiras que refletem uma complexa rede de influências culturais e de poder. Assim, a rica biodiversidade e os recursos naturais, muitas vezes são simplificadas em narrativas que não capturam a sua real imagem. Por outro lado, há um esforço voltado para a globalização e discussões sobre o crédito de carbono, onde a floresta é vista como um ativo valioso para a compensação de emissões (Silva, 2022). Além disso, como já mencionado, a Amazônia, uma das regiões com maior biodiversidade do mundo, está sob constante pressão tanto a nível internacional como nacional. Há questões intrincadas que afetam a política, a economia e a cultura, além de vulnerabilidades e conflitos que afetam a administração deste setor em particular (Diniz et al., 2017).

A construção do imaginário brasileiro sobre a região Amazônica, diante de diversos discursos ao longo dos séculos e relatos dos viajantes europeus, caracteriza a região como ‘Eldorado’ e ‘Paraíso’, o que não condiz com a realidade, sendo uma imagem distorcida, como afirma Holanda (1977):

Todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana (Holanda, 1977, p. 126).

No governo de Getúlio Vargas e do regime militar, a região passou a ser vista sob uma ótica econômica e geopolítica, com a criação da Amazônia legal, na qual a floresta passou a ser associada ao progresso e à mudança nacional, com os meios de comunicação ajudando a difundir essas informações, criando uma visão de “vazio demográfico” (Azevedo, 1969). Como diz Gondim (1994):

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (Gondim, 1994, p. 9).

A imagem da região foi amplamente reforçada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual replicou nos livros didáticos, até a década de 1970, a imagem naturalista e extrativista. Ou seja, os livros didáticos apresentam a região como um local de exuberante natureza, rica em recursos naturais, porém hostil (Azevedo, 1969). A mídia brasileira, a partir de 1950, publicou matérias que iam da exaltação das riquezas naturais e a denúncia de destruição. O que foi amplamente vinculado em televisão e no cinema, contribuindo para a formação de um imaginário alarmista (Andrade, 1977).

É importante levar em consideração que a “rede é composta de valores, de representações, de imagens espaciais vividas e, para ser percebida, demanda um trabalho de interpretação aprofundado” (Gomes, 1995, p. 322). Essa visão ainda é predominante entre os brasileiros, no qual a população associa a região como uma exuberante natureza, destruição ambiental e presença indígena, reforçando a percepção promovida pelas mídias (Bueno, 2002).

Ainda, como diz Bueno (2002) é um processo contínuo de reelaboração de representações anteriores, cada geração contribuiu com a formação da visão que se tem da região amazônica atualmente. O que vai de encontro a construção social, moldada por interesses políticos, econômicos e culturais. Quanto a isto, Gondim (1994) diz que:

E é em nome da razão, da experiência e do conhecimento clássico que induz o leitor a aceitar as maravilhas e monstruosidades que não viu, somente ouviu, mas que aceitou como verídicas [...] E Acuña acredita que encontrou o Paraíso na Terra. [...] A narrativa de Acuña sobre o novo descobrimento do grande rio das Amazonas sintetiza as crônicas dos viajantes antigos e medievais (Gondim, 1994, p. 97).

Tuan (1980), explica que:

Mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou sentimento afetivo por lugares que se conhece bem (Tuan, 1980, p. 108).

Frequentemente caracterizam a região de forma simplista, que muitas das vezes não reflete com a realidade social, econômica e política, e muita das vezes molda a imagem da região. Uma destas questões, é a proposta que surge diante do interesse de crédito de carbono, atribuindo uma nova construção dessa imagem (Diniz et al., 2017). Além de ser retratada como um espaço de natureza intocada, estudos microeconômicos revelam que o desmatamento e as queimadas facilitam a exploração da região. Por outro lado, a globalização, resulta em pressões para a sua conservação, enquanto a falta de alternativas sustentáveis perpetua essas práticas.

Socialmente, sua imagem é influenciada pelas comunidades locais, que são frequentemente apresentadas como guardiãs tradicionais do meio ambiente, embora também sejam afetadas e muitas vezes marginalizadas pelas políticas de desenvolvimento e conservação impostas. Ainda, observa-se o poder exercido e disputado pela construção dessas narrativas, que muitas vezes permanece oculto sob a superfície de discursos ambientalistas (Tocantins, 1960).

Embora a região tenha sempre sido um foco de interesse global, enfrenta muitas pressões que ameaçam os seus ecossistemas e as pessoas que deles dependem. A construção da imagem da Amazônia na mídia e na literatura é influenciada por essas pressões e as percepções públicas da região amazônica muitas vezes ilustram a tensão entre a riqueza natural e a exploração predatória. Torna-se evidente que a imagem da região é continuamente reconstruída, refletindo as mudanças sociais, políticas e econômicas (Borges Júnior, 2017). Assim, destacam-se os diferentes aspectos da região, que influenciam a forma como o público entende e se relaciona com a região. Tuan (1980), em seus estudos, visa a perspectiva da conquista e da exploração, apresentando particularidades que a distinguem de outras regiões do Brasil, destacando-a como uma sociedade que oscila entre harmonia e conflito, um reflexo das narrativas históricas e culturais construídas ao longo dos séculos (Tuan, 1980).

Pode-se ainda citar que a construção simbólica transcende as fronteiras geográficas, visto que a exploração da marca “Amazônia” vem sendo utilizada como uma ferramenta de marketing para fidelizar consumidores e agregar valor mercadológico, bem como produtos e serviços. Isso implica na cultura, na economia e na política que transcendem a realidade do dia-a-dia (Fearnside, 2005). Atualmente, a imagem da região amazônica é moldada pelas demandas globais por sustentabilidade e pela redução das emissões de carbono. Ela se torna o centro de discussões, sendo vendida como uma terra de potencial ilimitado, com narrativas que mudam conforme os interesses dominantes de cada época (Becker, 2013).

Ainda, nos dias atuais, os créditos de carbono trouxeram uma nova camada à imagem, como um ativo valioso no combate às mudanças climáticas para a compensação de carbono. Muitas vezes, cria-se um dilema complexo entre a conservação e desenvolvimento, levando em conta tanto os aspectos naturais quanto os sociais e econômicos da região (Fearnside, 2005). Logo, a região não pode ser compreendida apenas como um recurso a ser explorado ou um paraíso a ser preservado, mas como um espaço complexo onde diversas influências culturais, sociais e econômicas se entrelaçam. Ou seja, um lugar onde o desenvolvimento sustentável e a

preservação ambiental andam de mãos dadas, beneficiando todos os seus habitantes e o mundo como um todo (Gonçalves, 2001).

Assim, a região não pode ser compreendida apenas como um espaço físico, mas como uma construção social e cultural. Para entender a região, é necessário considerar as realidades e perspectivas da população local, o que ajuda a desconstruir essa imagem criada. Reforçando, a percepção é moldada por uma série de discursos, que muitas das vezes são contraditórios (Bueno, 2002). Neste contexto, Gonçalves (2001) aponta que para os próprios habitantes da região amazônica, ela é diversa e rica em significados socioecológicos e culturais. Para os de fora, a imagem tende a ser mais homogênea, principalmente como uma vasta floresta tropical. Diante disso, sugere-se uma cultura dominante moldando a paisagem de acordo com sua própria visão de mundo, muitas vezes marginalizando a cultura local.

Vale enfatizar que a mídia tem desempenhado um papel crescente na formação dessas representações, impulsionada pela preocupação ambiental global. Essa estreita visão de mundo e o ambiente natural, é fundamental para a estrutura social e cultural que transforma o acesso e a percepção do ambiente natural (Tocantins, 1982). O estudo de Ferreira e Salati (2005, p. 25) diz que “a maior reserva de biodiversidade do planeta e uma das maiores em recursos minerais”, ou seja, as percepções atuais, estão ancoradas em conceitos e narrativas europeias históricas, que perpetuam através de diversos meios ao longo dos séculos.

Isto significa que as imagens mentais foram traduzidas em representações da vida real, como esculturas e mapas, que ainda hoje formam a imagem geral da região. Portanto, é importante compreender esta região não apenas como um espaço físico, mas como uma região repleta de significados simbólicos diversos e complexos. Estes conceitos têm implicações significativas para as políticas públicas e para a forma como a região é vista e tratada a nível nacional e internacional (Tuan, 1980). A opacidade da região está ligada com às configurações ideológicas e com a forma que a região é vista nas mídias. Existe um modo de produção destas imagens que são construídas externamente, mas que permanecem no tempo como uma imagem exótica, habitada por uma população que é incapaz de gerir os recursos de forma econômica (Steinbrenner, 2007). Portanto, uma herança da colonização e continua generalizada a região, devido a essas percepções pré-construídas, gerando uma percepção superficial.

A percepção da Amazônia no que tange a população local é frequentemente impactada por representações midiáticas que buscam atenuar ou distorcem a realidade dos fatos. Estudos evidenciam que programas como o Globo Repórter trata a Amazônia de forma poética e segmentada, ressaltando fatores naturais, como por exemplo: florestas e biodiversidade,

todavia, deixando de falar de temas sociais relevantes, dentre eles, os desafios que as populações indígenas e ribeirinhas enfrentam em seu cotidiano (Vicente, 2013). A presente narrativa fortalece uma imagem que restringe a compreensão da região como um ambiente culturalmente rico e socialmente diversificado, entretanto, marcado por confrontos e desigualdades econômicas e ambientais (Figueiredo, 2018).

Esse contexto é salientado pela ausência de processos educativos que busquem valorizar vivências regionais. Por mais que exista algumas iniciativas no campo educacional direcionada para a diversidade cultural, ainda se constata um gargalo considerável na promoção de materiais que tornem as vozes amazônicas protagonistas. Diferentes estudos apontam a importância de inserir narrativas indígenas, quilombolas e ribeirinhas em currículos escolares tendo como foco promover uma desconstrução de visões reducionistas apresentadas pela mídia e a partir desse contexto elaborar uma visão mais abrangente e crítica em relação a região. Desfazendo o pensamento então idealizado da região amazônica (Bueno, 2002).

Em geral, a influência da mídia bem como da educação na formação dessas concepções demonstram a necessidade de haver uma articulação envolvendo políticas públicas, entidades educacionais e comunidades regionais. A Amazônia precisa ser abordada como um elemento vivo e diversificado, onde a população local não sejam somente "adereços" em um ambiente natural, ao contrário, devem ser sujeitos históricos constituídos por culturas diversas e com opinião própria.

2 PERCURSO DE PESQUISA

Neste capítulo apresento os fundamentos teóricos dos Estudos Culturais e destaco a relevância dessa análise para a compreensão da cultura e da sociedade na região amazônica. A complexidade social e a riqueza biológica desta região representam assim um excelente campo de estudos que permite uma perspectiva mais ampla sobre as dinâmicas sociais e culturais e os ecossistemas locais.

As pesquisas que visam tensionamentos culturais são uma escolha acertada para trabalhos acadêmicos que buscam uma análise crítica dos movimentos culturais contemporâneos. A capacidade desses estudos de integrar diversas perspectivas teóricas e metodológicas, torna a investigação mais completa e flexível, indispensável para compreender as complexidades das práticas culturais atuais.

Originados na década de 1960, no Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), da Universidade de Birmingham, os Estudos Culturais emergiram como resposta às transformações sociais e culturais do pós-guerra na Inglaterra (Brunsdon, 1996). Esse campo considera elementos da cultura popular e dos meios de comunicação de massa como expressões significativas das mudanças sociais, articulando-se com a sociologia, a história, a literatura e os estudos da comunicação (Escosteguy, 2001). Seu objetivo central é compreender e intervir criticamente nas dinâmicas culturais, evidenciando como práticas culturais refletem, sustentam e contestam relações de poder nos contextos sociais específicos (Baptista, 2009). Do ponto de vista teórico, Jane e Barker (2016) argumentam que:

Os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é nunca neutro ou um mero fenómeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala (Jane; Barker, 2016, p. 27).

Diferentemente de campos disciplinares tradicionais, os Estudos Culturais não se limitam a uma metodologia específica, tampouco se baseiam exclusivamente em métodos quantitativos ou estatísticos. Pelo contrário, adotam uma abordagem flexível e interdisciplinar, que varia de acordo com a natureza do objeto investigado (Escosteguy, 1998). Stuart Hall (2003, p. 7) destaca que “os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade”, o que confere ao campo caráter dialógico e crítico.

Essa abertura epistemológica, contudo, gera tensões entre perspectivas teóricas distintas - como as abordagens textuais das humanidades e as sociológicas das ciências sociais. É justamente nessa zona de convergência que os Estudos Culturais revelam seu potencial analítico e político (Certeau, 1984), possibilitando análises que abrangem desde a recepção e ressignificação de produtos culturais por distintos públicos até os impactos da globalização e das tecnologias digitais sobre a produção e o consumo cultural (Baptista, 2009).

No estudo de Guimarães e Wortmann (2010), é enfatizado que a viagem de Euclides da Cunha no início do século XX, e seu registro da região, reflete um esforço de nomear e compreender um território frequentemente representado como caótico e selvagem no imaginário nacional. Para os autores, a análise da construção cultural de tais representações é central aos Estudos Culturais, uma vez que tais narrativas — literárias, artísticas ou mediáticas — moldam e são moldadas por dinâmicas históricas, sociais e políticas.

Os Estudos Culturais, portanto, não operam com uma metodologia unificada, mas articulam métodos qualitativos e quantitativos de diferentes matrizes disciplinares, enfatizando a complexidade dos fenômenos culturais e a necessidade de abordagens integradas (Escosteguy, 2006). Nessa perspectiva, valorizam-se análises críticas que questionam hierarquias culturais tradicionais, examinam formas de resistência e discutem os modos como a cultura é produzida, distribuída e apropriada em diversos contextos históricos e sociais.

Nesse sentido, a análise cultural ultrapassa o recorte geográfico, enfocando as interações entre natureza e os fatores sociais, políticos e históricos que configuram os territórios (Carvalho, 2001). No caso específico da Amazônia, busca-se compreender como as práticas culturais locais dialogam com discursos externos sobre a região e com suas heranças indígenas, afro-brasileiras e ribeirinhas. Essas práticas interagem com desafios contemporâneos, como o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, sendo constantemente influenciadas pelas mídias e pelos fluxos globais de informação.

As mídias, enquanto agentes de mediação cultural, desempenham papel fundamental na formação de representações que moldam identidades e orientam ações sociais. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível uma análise crítica dos discursos midiáticos que envolvem a região amazônica, evidenciando como práticas culturais, poder e identidade são articulados nas narrativas que circulam (Tuan, 1980).

A abordagem cultural da Amazônia contempla, assim, a diversidade étnica e cultural, os conflitos ambientais e o tensionamento entre conservação e desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que configura um campo fértil para a reflexão crítica, também convoca à ação prática,

ao propor o reconhecimento e a valorização dos saberes e modos de vida tradicionais, frequentemente silenciados pelas narrativas hegemônicas.

Segundo Paraíso (2012), no campo dos estudos culturais e das abordagens pós-críticas, a metodologia de pesquisa não deve ser entendida como um conjunto fixo de regras ou etapas previamente estabelecidas. Pelo contrário, ela é construída ao longo do processo investigativo, de maneira flexível e criativa, em diálogo constante com o objeto de estudo e com as perguntas formuladas pelo pesquisador. A autora argumenta que é possível fazer pesquisa em educação sem seguir, necessariamente, um método fechado ou pré-determinado. Nesse contexto, o pesquisador precisa estar aberto à invenção de caminhos, à reconfiguração de estratégias e à construção de procedimentos que façam sentido para aquele estudo específico. Essa perspectiva valoriza o uso da bricolagem metodológica, ou seja, a combinação de diferentes fontes teóricas e práticas, respeitando a complexidade dos fenômenos culturais e educacionais e o caráter singular de cada investigação. Para a realização deste estudo, definiu-se como objetivo principal a problematização das formas pelas quais a identidade cultural amazônica é compreendida, com ênfase na inclusão social de povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como na análise crítica das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à conservação ambiental da região.

Adoto, ainda, uma abordagem qualitativa, conforme definição de Richardson (1999, apud Beuren; Raupp, 2004, p. 92), que considera a descrição de complexidades, a análise de variáveis interativas e a interpretação de processos sociais dinâmicos vividos por grupos específicos. Trata-se também de uma pesquisa cujo objetivo é identificar características de fenômenos sociais e estabelecer relações entre variáveis. Para tanto, utilizo a técnica de pesquisa bibliográfica, definida por Severino (2007, p. 122) como aquela que é baseada em registros documentais resultantes de investigações anteriores, como livros, artigos e teses.

Nesse sentido, realizei as buscas bibliográficas em portais eletrônicos como SciELO, Google Acadêmico e Google, com o intuito de reunir contribuições recentes e relevantes sobre o tema. Também utilizei como fonte informativa a cobertura jornalística do portal G1 – Amazônia, no período de 01/01/2024 a 31/12/2024. Onde neste período de 1 ano, pude totalizar o quantitativo de 540 notícias onde aparecem a citação do termo “Amazônia”. A referida página da web foi escolhida por ter uma grande capilaridade apoiada pela presença das redes de televisão afiliadas da Rede Globo na região. Fazendo uma observação das matérias, selecionei alguns exemplares onde há abordagem das temáticas Econômica, Ambiental e Social. Essa combinação de fontes visa ampliar o entendimento acerca das representações culturais sobre a

Amazônia, bem como identificar os discursos e práticas que afetam diretamente a realidade das populações locais.

3 A REGIÃO AMAZÔNICA PELAS LENTES DO PORTAL G1 (GLOBO)

O G1, corresponde a um portal de notícias do grupo Globo, que devido sua organização e estrutura é amplamente acessado na região Norte como também em todo o país. Ele é constituído por filiais regionais que levam maior proximidade e importância às comunidades da Amazônia. Através da televisão bem como da internet, o portal se destaca por ser um veículo acessível, englobando matérias regionais e nacionais. Em regiões urbanas da Amazônia, a TV se configura como a mídia dominante, já a internet, devido a sua conectividade, tem promovido uma maior aproximação da comunidade situadas em distâncias maiores devido a geografia da região, oportunizando maior inclusão digital.

As notícias culturais constantemente buscam destacar eventos regionais, como por exemplo, o Festival de Parintins, retratando a riqueza artística da região. Todavia, em geral, a mídia apresenta esses eventos como produtos turísticos, não levando em conta as dificuldades recorrentes para a sua elaboração, em especial no que se refere a financiamentos. Essa forma de atuação demonstra o olhar neoliberal, que reitera a monetização da cultura, propiciando a região como local “exótico” sem destacar questões sociais subjacentes.

Figura 3: Notícia sobre o festival de Parintins



Fonte: G1 (2024)

A matéria apresentada sobre o Festival de Parintins acima, aponta o evento como um grande espetáculo folclórico, entretanto, não leva em conta os problemas sociais e econômicos enfrentados pelo povo local. Por mais que o festival desenvolva a economia local e enfatize a cultura amazônica, aspectos como a falta de infraestrutura, ausência de acesso à saúde e educação, somado a altos índices de pobreza que é ignorado em meio ao glamour do evento.

O destaque no evento turístico disfarça a necessidade de haver robustos investimentos em estrutura na Ilha Tupinambarana. Nesse contexto é fundamental que matérias como essa tragam uma visão crítica, por meio de um equilíbrio onde aborde o destaque cultural aliado a realidade vivenciada pelos moradores da região. Até mesmo em aspectos políticos as interferências apresentadas, bem como divulgadas, em prol na população local, são transmitidas por meio de questões como projetos de lei que necessariamente não gera benefícios a população, como destacado abaixo:

Figura 4: Reconhecimento do festival de Parintins como manifestação cultural nacional



Fonte: Cassela (2024)

A decisão do Senado de publicada em agosto de 2024 reconhecer o Festival de Parintins como manifestação da Cultura Nacional é considerável, todavia a matéria erra ao ignorar os

inúmeros problemas enfrentados para a execução do evento. Dentre eles se destaca: a logística complexa, os custos elevados aliado a dependência de patrocínios e financiamento de caráter públicos, fatores esses essenciais que necessitaria ser debatido. Sem políticas de caráter estruturais de apoio, o reconhecimento passa a ser mais simbólico do que efetivo, não colaborando para a sustentabilidade do festival. É preciso um olhar mais crítico que leve em conta os desafios enfrentados pelos organizadores e principalmente pela comunidade local.

No campo político, temas como o Fundo Amazônia e também a governança ambiental, sendo componentes que possui grande destaque, fator esse que faz com que constantemente seja foco de notícias, como apresentada na figura 4.

Figura 5: Notícia sobre o fundo Amazônia



Fonte: G1 (2024)

A cobertura busca levar em conta iniciativas globais e debates de líderes, entretanto, erra devido não englobar perspectivas regionais, muito menos fazendo críticas a estrutura montada marcada por grande desigualdade. Isso demonstra uma influência neoliberal, que exalta parcerias público-privadas e estruturas de mercado.

O Fundo Amazônia apresentado na figura 4, por mais que seja apresentado como uma iniciativa de caráter de preservação ambiental, deixa dúvidas sobre a real finalidade dos

recursos obtidos. Tendo em vista os altos valores doados, (que passa de milhões), percebe-se que a população local segue enfrentando desafios crônicos, marcado por um progresso que não chega a grande maioria provocando grande pobreza, ausência de infraestrutura, saúde deficitária e educação ineficiente. Sem clareza na aplicação e sem focar no desenvolvimento sustentável das comunidades, os recursos tendem a beneficiar interesses de caráter externos e setores pré-determinados, no lugar de alterar a realidade amazônica. É fundamental que os fundos supri não somente as necessidades da floresta, mas também os indivíduos que nela habitam.

A governança na Amazônia é um outro fator que também é muito debatida, porém não chega no público local de fato, e sim, em congressos compostos por grandes empresários condição essa que encobre inúmeras situações.

Figura 6: Fórum ESG na Amazônia



Fonte: G1 (2024)

O primeiro fórum de *Environmental, Social and Governance* (ESG), em português, "Ambiental, Social e Governança", feito em Manaus, ilustra complexo ao discutir ações ambientais, sociais e de governança sem levar em conta a participação concreta da população regional. Vale ressaltar que a falta de debates que abordem desafios específicos, como a ausência de saneamento básico, saúde e educação na região, demonstra um distanciamento que

não aponta as reais necessidades da comunidade. Prospector metas organizacionais globais sem englobar a opinião da população local gera a exclusão social. Eventos como este necessitam ser alinhados as abordagens sustentáveis através de práticas efetivas que promova benefícios a todos que compõe a região Amazônica.

No que tange a economia, a mídia direciona seus conteúdos para à bioeconomia somado a exploração sustentável (Figura 5), destacando o comércio de créditos de carbono como algo que precisa ser enfatizado, todavia, a população não é beneficiada com esse mercado.

Figura 7: Bioeconomia na Amazônia



Fonte: Matheus (2024)

Por mais que essas narrativas levem para medidas ao extrativismo predatório, onde na maioria das vezes são formadas por interesses corporativos, beneficiando organizações em detrimento de comunidades regionais.

A matéria citada acima, sobre os debates promovidos pelo "Amazônia Que Eu Quero" em relação a bioeconomia, evidenciaram um cenário de exclusão, em que por mais que aborde um contexto acadêmico, não inclui a população que vive de fato as dificuldades sociais da região. A matéria destaca um foco específico em estudantes universitários deixando de fora

comunidades que vivencia de forma direta a ausência do estado na promoção de políticas públicas que propicie uma melhor qualidade de vida, o impacto da discussão fica restrito a um público pré determinado. Nesse sentido, a bioeconomia só será efetiva por intermédio a participação abrangente das comunidades locais.

Atualmente um outro debate que vem sendo traçado sobre economia na região amazônica, se refere a crédito de carbono, uma ilusão vendida como a salvação do planeta, em que gera milhões a um determinado grupo, expluindo a população local de benefícios desse comércio (Seta; Carneiro; Voccio, 2023). A figura abaixo ilustra essa temática.

Figura 8: Crédito de carbono



Fonte: G1 (2024)

A comércio de quase R\$ 1 bilhão em créditos de carbono na Amazônia brasileira evidência preocupações significativas relacionadas a real destinação desses capitais. Por mais que oportunize a preservação ambiental (ou tente), não existe garantias de que esses recursos irão beneficiar de forma direta a população mais pobres que vive naquela região. Em toda a história, fundos associados à sustentabilidade foram ineficientes no que se refere a demandas sociais como saúde, educação e principalmente saneamento básico. Sem clareza e dispositivos que foquem no desenvolvimento local, esses recursos tendem a ampliar a desigualdades em vez

de diminuí-las. Existe uma urgência e propor medidas que visem tanto a preservação ambiental como também mecanismos que visem uma melhor qualidade de vida para as comunidades locais.

Portanto, percebe-se que a Rede Globo, através de seus portais como o G1, desempenha uma considerável influência na difusão de informações, direcionando suas pautas a agendas econômicas, políticas e de caráter global. No que se refere a Amazônia, a finalidade tende a abordar narrativas que suprem interesses corporativos e internacionais, do outro lado fica a população excluída e sem perspectivas frente a suas necessidades, isto é, ignorada. Essa narrativa reforça um desequilíbrio, marcado por projetos de preservação e investimentos externos, todavia, negligenciando fatores sociais como saúde, educação e infraestrutura. Sendo crucial uma cobertura que busque ouvir as vozes e os direitos das comunidades locais.

3.1 Atravessamentos do neoliberalismo na midiaticização da Amazônia

Marcada por uma intensa diversidade sociocultural e por desigualdades historicamente construídas, a região amazônica exige abordagens que contemplem múltiplas camadas de significados. Trata-se de uma região marcada por disputas e interesses geoestratégicos globais, o que reforça a necessidade de uma leitura reflexiva sobre sua representação e tratamento nas esferas política, econômica e midiática. Como enfatiza Speetjens (2021), a Amazônia não pode ser compreendida unicamente como uma commodity ambiental: é essencial que as vozes locais sejam incorporadas aos processos educativos voltados à formação da identidade amazônica, para além da floresta como símbolo.

Essa análise compreende, também, os discursos veiculados pela mídia tradicional, por materiais institucionais e por produções acadêmicas, com foco não apenas nos conteúdos explícitos, mas nas articulações discursivas que operam em sintonia com a lógica neoliberal. Nesse contexto, o neoliberalismo é compreendido como uma tecnologia de governo que estrutura modos de vida, formas de pensar e maneiras de organizar a sociedade.

Como observa Santos (2000), esse regime de racionalidade passa a ser tomado como fundamento da democracia. Na região amazônica, essa racionalidade se expressa na construção simbólica da floresta como um "ativo global", como destaca Trindade (2022), que analisa o processo de mercantilização simbólica da Amazônia, onde o valor atribuído ao território reorganiza a maneira como o mundo a "vê" e a significa.

Tal processo ocorre por meio de representações recorrentes - como "pulmão do mundo", "reserva de biodiversidade" e "mina de ouro verde" - que inserem a Amazônia em um

imaginário voltado para sua exploração econômica. Como afirma Silva (2022), essas imagens tornam-se naturalizadas dentro da lógica neoliberal, sendo difundidas e aceitas socialmente como formas legítimas de representar a região, o que contribui para o apagamento simbólico dos sujeitos amazônicos.

Esse apagamento é evidenciado, por exemplo, na cobertura midiática de eventos como o Festival de Parintins, frequentemente exaltado como espetáculo folclórico de alcance nacional, com ênfase no viés turístico e comercial, dissociando-o de suas origens populares e comunitárias. A identidade regional, nesse caso, é transformada em produto, convertida em atrativo mercadológico. Situação semelhante se observa nas reportagens sobre o Fórum ESG, que revelam uma ausência significativa das vozes amazônicas nas decisões estratégicas sobre a própria região.

Processos educativos e as representações midiáticas da Amazônia evidenciam como a racionalidade neoliberal atua de forma transversal, influenciando não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais e simbólicas da região. A narrativa predominante ressalta o potencial econômico da floresta, tratando o meio ambiente como um ativo global que deve ser monitorado e preservado. No entanto, essa mesma narrativa desconsidera as necessidades e os direitos das populações locais, frequentemente invisibilizadas no debate público (Trindade, 2022).

Esse panorama permite compreender que, no contexto das representações midiáticas, a Amazônia é frequentemente transformada em um espaço de abstração simbólica: ao mesmo tempo em que é enaltecida como patrimônio ambiental, é desumanizada por discursos que ignoram as realidades sociais, culturais e políticas que a constituem. A Tabela 1, apresentada a seguir, sintetiza esse cenário, evidenciando como os aspectos sociais, econômicos e ambientais são instrumentalizados em função dos interesses de mercado, em detrimento das dimensões culturais e comunitárias da região.

Tabela 1: Influência do neoliberalismo na região amazônica

Aspectos	Descrição	Influência do neoliberalismo
Econômico	Centraliza suas ações na exploração dos recursos naturais mensurados como ativos globais.	Foca nos lucros deixando a sustentabilidade em segundo plano

Ambiental	A preservação se torna uma questão de caráter global.	Diminuição da Amazônia a um bem controlável, não levando em conta culturas regionais.
Social	Ignora os povos originários bem como comunidades tradicionais.	Promove uma exclusão social da população regional em prol de um denominado “desenvolvimento”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Como destacado por Harvey (2007), o neoliberalismo opera no sentido de favorecer os mercados globais, promovendo, como consequência, a marginalização dos interesses regionais e culturais – especialmente em localidades como a Amazônia. A região é frequentemente apresentada como o “futuro econômico do Brasil”, uma narrativa que se apoia na exploração de sua imensa biodiversidade, na abundância de recursos hídricos e no potencial de fornecimento de matérias-primas.

Gengnagel (2022) ressalta que as Ciências Humanas possuem papel primordial na elucidação, problematização e, principalmente, na análise crítica e reflexiva no que se refere à conjuntura de fatores inerentes à sociedade contemporânea. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender a Amazônia não apenas como um território de interesse econômico ou ambiental, mas como um espaço vivo, historicamente construído e habitado por sujeitos que produzem saberes, resistências e modos de vida próprios.

Entre os discursos mais recorrentes reproduzidos pela mídia, destacam-se expressões como “desenvolvimento sustentável”, “pulmão do mundo” e “emergência climática” (ver Tabela 2). Tais expressões são amplamente veiculadas em reportagens que levam o público a perceber a região apenas por meio de aspectos positivos e abstratos, geralmente ligados à economia verde e à conservação ambiental. No entanto, essas narrativas costumam silenciar ou secundarizar as dimensões sociais, políticas e culturais vivenciadas pelas populações locais.

Adicionalmente, observo que grande parte das notícias sobre a Amazônia atribui à região uma responsabilidade global que nem sempre corresponde às suas condições reais. Um exemplo é a reportagem publicada em 10 de outubro de 2024, intitulada: “Próximos 5 anos vão determinar o futuro do planeta, diz relatório” (G1, 2024). O texto afirma que a Amazônia é peça-chave para o enfrentamento das mudanças climáticas, mas apresenta os problemas ambientais com pouca ênfase nos principais responsáveis por sua degradação, deslocando o foco das grandes potências e corporações para os territórios locais (Martins, 2024).

Tabela 2: Termos mais replicado pela mídia em relação a Amazônia

Replicações pela mídia	Descrição	Resultado da percepção
Potencial econômico	Foco na exploração dos ricos recursos naturais da região	Enfatiza a obtenção de ganhos financeiros, ignorando o impacto sociais.
Riqueza em biodiversidade	Ganhos científicos bem como comerciais atribuído aos recursos biológicos.	Foca em estudos de mercados, não levando em conta o uso sustentável no que se refere a populações regionais.
Ativo Global	Compreende a Amazônia como um ativo de caráter mundial.	Reduz o papel dos povos originários e de suas tradições na organização da floresta.
Preservação para o futuro	Enfatiza a salvação da floresta não levando em conta a opinião dos povos regionais.	Constitui uma narrativa colonial, excluindo saberes e direitos da população local.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A tabela acima ilustra termos usados de forma constante pela mídia que tendencia o leitor bem como a população a entender que os maiores problemas da região amazônica se referem a questões ambientais, todavia, exclui a população local como também suas tradições, constituindo como valores principais a economia, frente a aspectos socioculturais.

Outro aspecto é que as mídias destacam a importância de proteger a região, mas também destacam que têm a ganhar com isso, apresentando um discurso neoliberal. E entre os dois lados da moeda, a preservação e a exploração, temos o povo amazônico, que muitas vezes são invisibilizados. Assim, a narrativa da ‘Amazonia do futuro’ e do espaço selvagem e perigoso, em ambas as expressões, não cita a presença do povo, sendo desconsiderados da sua própria história. Essa construção simbólica, não é nova, como aponta Borges Júnior (2017), ao evidenciar a região reconstruída pela mídia e pela literatura, a partir dos interesses globais distorce o seu valor, silenciam a população.

Este processo de exclusão também é evidenciado no campo educativo, no qual os materiais didáticos, replicam as percepções das mídias. Reforçando a falta da

representatividade, com a ideia de que o morador da região amazônica é apenas um espectador, e não o autor da sua própria história, como aponta Gonçalves (2001).

Vale destacar que o neoliberalismo tem contribuído para o aumento desigualdade na Amazônia, enfatizando projetos que visam mercado de créditos de carbono e fomento a cadeias produtivas para suprir à demanda global, em especial para o agronegócio. Por intermédio de um relatório do Mapbiomas foi constatado que nas últimas décadas quase metade da vegetação nativa da Amazônia foi perdido para dar lugar a plantações de soja e fazendas para gados, resultando em 5 milhões de hectares perdidos (Fernandes, 2024). O modelo econômico adotado até então só vem favorecendo investidores internacionais bem como grandes multinacionais, no mesmo passo que marginaliza comunidades indígenas e ribeirinhas.

Outro fator relevante é a maneira como o discurso é apresentado e difundido pela mídia, em muitas vezes expõe soluções simplistas constituídas por termos ecologicamente corretos, como é o caso da "mineração sustentável" e "economia verde". Essas iniciativas, por mais que seja pautada em temas relevantes, fracassam devido não questionar a lógica econômica predominante que persiste por intermédio da manutenção do extrativismo predatório e a dependência de commodities. E na análise cronológica dos materiais coletados para esta pesquisa, desde a década de 1980, com a globalização e as políticas neoliberais, a região vem sendo constantemente ressignificada, sendo colocada em posição estratégica nos debates internacionais, pela sua floresta.

Assim, a floresta é convertida em mercadoria, como evidencia Darsie (2021) ao institucionalizar a lógica do mercado de diversos setores, inclusive na educação, o neoliberalismo acaba por naturalizar valores como meritocracia, competição e o esvaziamento do senso de coletividade. O que deixa de ser compreendida como um espaço vivido por povos com cultura própria, e é percebido como uma fronteira de recursos.

Como enfatiza Miranda (2023) essa construção da lógica neoliberal vai além da narrativa ambiental ou econômica, mesmo sob o discurso da preservação ambiental, os interesses econômicos continuam sendo priorizados. Neste contexto, entre preservar e lucrar, estabelece uma falsa dualidade que exclui o elemento essencial: o povo amazônico.

Desta maneira, essa dicotomia imposta pelos discursos dominantes reforça uma ideia da Amazônia como uma reserva de valor futuro para o mundo. Fica nítido que a narrativa neoliberal forma tanto os processos educativos como também as representações midiáticas em relação a Amazônia, ampliando visões que, embora seja vista como globalmente importantes, não são levadas em conta devido a um capitalismo selvagem, não propiciando mudanças

efetivas no campo econômico e social para a população local (Krenak, 2020). Nesse contexto para que se tenha um futuro mais justo, é essencial incluir as vozes amazônicas nos discursos e aplicar modelos de desenvolvimento inclusivos e participativos.

Os dados coletados mostram que a mídia opera como um dos principais vetores de normalização da racionalidade neoliberal na Amazônia. Ao priorizar agendas econômicas e visões globalizadas da floresta, os discursos jornalísticos moldam a percepção pública sobre o território, transformando complexas relações culturais, sociais e ecológicas em narrativas simplificadas e estrategicamente politizadas.

Portanto, ocorre uma construção de sentidos sobre a Amazônia, mediada pelo discurso neoliberal, não apenas em transformar a floresta em um ativo econômico, mas também em silenciar aqueles que habitam, cultivam e preservam a terra. E este trabalho contribui para desvelar as estratégias simbólicas que reforçam a exclusão dos sujeitos amazônicos da centralidade da sua própria história. O que reforça a urgência de pensar a Amazônia não apenas como um território estratégico de preservação global, mas como um espaço de produção de saberes, em reconhecer o morador amazônico, como autor e não apenas um objeto de discurso alheio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, busquei analisar as representações culturais, midiáticas e educativas sobre a região amazônica, identificando os discursos que a caracterizam como um espaço exótico e primitivo, em detrimento de sua complexidade sociocultural e ambiental. Essa abordagem permitiu-me questionar narrativas simplificadoras que desconsideram a pluralidade da Amazônia, seus povos e suas práticas culturais.

Constatei, ao longo da pesquisa, a persistência de influências coloniais - tanto históricas quanto contemporâneas - na construção do imaginário coletivo sobre a Amazônia. Por meio da análise crítica de mídias, observei a reprodução de discursos que reforçam a imagem de uma região isolada e atrasada. No entanto, também identifiquei expressões de resistência cultural e representações alternativas que valorizam as vozes dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Entre os termos mais recorrentes nos materiais analisados, destaco “potencial econômico”, “riqueza em biodiversidade”, “ativo global” e “preservação para o futuro”. Esses termos, frequentemente utilizados em contextos midiáticos, carregam uma lógica neoliberal que romantiza as questões ambientais e invisibiliza aspectos essenciais, como as culturas locais e as necessidades concretas das populações amazônicas. Tal construção acaba por apresentar uma Amazônia idealizada, desconectada de suas realidades sociais, o que evidencia a necessidade de uma leitura crítica das informações veiculadas pela mídia.

A integração dos Estudos Culturais e da Educação foi essencial para compreender as interações entre cultura, poder e sociedade na constituição das representações da Amazônia. A articulação entre análise bibliográfica e midiática possibilitou uma compreensão mais aprofundada de como os discursos dominantes influenciam tanto a percepção pública quanto as políticas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade e o desenvolvimento local.

Compreendi, ao longo da pesquisa, a urgência de revisitar narrativas tradicionais que reduzem a Amazônia a um repositório de recursos naturais ou a um cenário de biodiversidade intocada. Reconhecer a riqueza cultural, histórica e ambiental da região é condição fundamental para a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas. Valorizar o protagonismo dos povos locais - cujos saberes e práticas são cruciais para a sustentabilidade - é igualmente indispensável.

Além de alcançar os objetivos iniciais da investigação, este estudo abre possibilidades para novas pesquisas. Também considero promissora a realização de estudos voltados à

formação docente e à produção de materiais didáticos que contribuam para uma abordagem mais crítica, inclusiva e contextualizada da região nos espaços educativos.

Destaco a importância de estratégias que aliem preservação ambiental e justiça social e econômica. A Amazônia deve ser reconhecida não apenas como um bem a ser protegido, mas como um território vivo, marcado pela diversidade cultural e pela capacidade de inovação sustentável. A valorização da bioeconomia e o fortalecimento de práticas tradicionais despontam como caminhos viáveis para articular conservação e desenvolvimento.

Nesse sentido, a investigação demonstrou que, embora a mídia possa reforçar “estereótipos” e silenciamentos, ela também pode atuar como instrumento de conscientização e transformação social. O debate crítico sobre a responsabilidade midiática na difusão de informações sobre a região e seus habitantes é, portanto, imprescindível. A educação, por sua vez, revela-se como um campo estratégico para a desconstrução de percepções equivocadas e para a promoção de uma visão mais ampla e respeitosa da Amazônia. Defendo a necessidade de incluir as realidades amazônicas nos currículos escolares, de modo que estudantes de todas as regiões do país possam compreender a complexidade da floresta e reconhecer seu papel central no equilíbrio ambiental e cultural do planeta.

Por fim, a pesquisa apontou a importância de ampliar as possibilidades de capacitação e empoderamento das comunidades locais, especialmente no que se refere à sua representação em instâncias de decisão política e social. Os saberes e práticas desses sujeitos podem contribuir de forma significativa para a construção de soluções inovadoras diante dos desafios contemporâneos.

Encerro argumentando que este estudo reafirma a centralidade estratégica da Amazônia para o Brasil e para o mundo. A região não é apenas fonte de biodiversidade ou símbolo da luta ambiental, mas um território onde múltiplas histórias, culturas e resistências se entrelaçam. Valorizar a Amazônia em sua totalidade é uma tarefa urgente e inadiável, que exige a articulação entre pesquisadores, educadores, gestores públicos e a sociedade civil como um todo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **O pensamento geográfico e a realidade brasileira.** Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 5-28, 1977.
- ARAGÓN, Luis Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia:** um aporte para sua interpretação/The international dimension of the Amazon: a contribution for its interpretation. Revista Nera, n. 42, p. 14-33, 2018.
- AZEVEDO, Aroldo de. **As regiões brasileiras.** (O Brasil e o Mundo Vol. III). 5a ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1969.
- BAPTISTA, Maria Manuel. **Estudos culturais:** o quê e o como da investigação. Carnets. Revue électronique d'études françaises de l'APEF, n. Première Série-1 Numéro Spécial, p. 451-461, 2009.
- BARROS, Maria Cândida DM. **Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII).** Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 85-112, 2003.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia:** mudança climática, projetos globais e interesse nacional. Parcerias Estratégicas, v. 18, n. 36, 2013.
- BEUREN, Ilse Maria.; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORGES JÚNIOR, Carlos. Linguagem e narrativa, jornalismo e literatura: a construção das imagens de Amazônia na revista Manchete da década de 1980. **Verso e Reverso**, v. 31, n. 77, 2017.
- BRITO, Roberto Cosme Rodrigues de; COSTA, Gilson Moraes da. **Projeto Vivência Amazônica.** 2023.
- BRUGNARA, Gisela de Andrade. **A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia.** 2019. 197 f. Tese (Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BRUNSDON, Charlotte. **A Thief in the Night:** Stories of Feminism in the 1970s at CCCS. Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies, p. 276-86, 1996.
- BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa.** 2002. 197 f. Dissertação (Mestre em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CARVALHO, Gustavo Mendelsohn de. **Pesquisadora do IFF/Fiocruz analisa o quadro de desnutrição das crianças yanomami.** Fiocruz. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisadora-do-iff/fiocruz-analisa-o-quadro-de-desnutricao-das-criancas-yanomami>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes antropológicos, v. 7, p. 107-147, 2001.

CERTEAU, Michel. **The Practice of Everyday Life**. Berkeley: University of California Press, 1984.

CEZAR, Luís Adriano de Souza. **E o futuro se dissolvia no mormaço amazônico: paralisia econômica e solidão cultural na Manaus de Relato de um certo oriente**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestre em Licenciatura Brasileira) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, Antonio Carlos Lôla da et al. **Índices de conforto térmico e suas variações sazonais em cidades de diferentes dimensões na Região Amazônica**. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 6, n. 03, p. 478-487, 2013.

DARSIE, Camilo. **Pós-pandemia, Neoliberalismo e Educação**. Ensino de ciências humanas: considerações, críticas e alternativas contemporâneas. Editora da UPF, v. 2, p. 87-101, 2022.

DIAS, Gustavo Francesco de Moraes. **Agro não é tudo: a expansão da monocultura da soja sobre os territórios quilombolas na Amazônia Oriental**. 2023. 277 f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2023.

DINIZ, Marcelo Bentes et al. Região Amazônica: biodiversidade e possibilidades de transformação industrial. **Cadernos CEPEC**, v. 6, n. 1-6, 2017.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Os estudos culturais em debate**. UNirevista, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os estudos culturais**. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 151-170, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Uma introdução aos estudos culturais**. Revista Famecos, v. 5, n. 9, p. 87-97, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências**. Destruição e Conservação da Floresta Amazônica, v. 1, p. 7-19, 2005.

FERNANDES, Leonardo. **Agronegócio é o principal responsável pela perda de vegetação nativa no Brasil, diz estudo**. Brasildefato. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/31/agronegocio-e-o-principal-responsavel-pela-perda-de-vegetacao-nativa-no-brasil-diz-estudo>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

FERREIRA, Antonia MM; SALATI, Enéas. **Forças de transformação do ecossistema amazônico**. Estudos avançados, v. 19, p. 25-44, 2005.

FIGUEIREDO, Lopes de Rafael. Entre ausências e emergências: imaginários sociais, representações midiáticas e jornalismo na Amazônia. **Pensata**, v. 7, n. 1, 2018.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pesquisa-Ação Pedagógica**: práticas de empoderamento e de participação. ETD-Educação Temática Digital, v. 18, n. 2, p. 511-530, 2016.

G1. Próximos 5 anos vão determinar o futuro do planeta, diz relatório. G1, 11 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2024/10/11/proximos-5-anos-vao-determinar-o-futuro-do-planeta-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em: 10 de jan de 2025.

GENGNAGEL, Claudionei Lucimar (org.). **Ensino de ciências humanas**: considerações, críticas e alternativas contemporâneas. Volume II. Chapecó: Livrologia, 2022.

GODOY, Karine Natalie Barra; DE PAULA VIEIRA, Mariana; MOURÃO, Ludmila. **Corpo e mídia na escola**: uma análise no portal do professor. Corpus et Scientia, v. 11, n. 1, p. 13-28, 2016.

GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 207-238.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Organização do espaço amazônico**: contradições e conflitos. Amazônia, Amazonas. São Paulo: Contexto, p. 79-126, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. Editora Contexto, 2015.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo, SP: Marco Zero, 1994.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Brasil, Valer, 2007.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; WORTMANN, Maria Lucia Castagna. **Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem**: ensinando modos de ver. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 2, 2010.

HALL, Stuart. **Cultural Studies and the Centre**: some problematics and problems*. In: Culture, mídia, language. Routledge, 2003. p. 2-35.

HARVEY, David. **Uma breve história do neoliberalismo**. Oxford University Press, EUA, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 3ª ed. São Paulo, SP: Cia. Editora Nacional, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE define bioma predominante em cada município brasileiro para fins estatísticos**. Agenciadenoticias. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agenciadenoticias/noticias/40519-ibge-define-bioma-predominante-em-cada-municipio-brasileiro-para-fins-estatisticos>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapas Regionais**. Ibge. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/10861-mapas-regionais.html>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População do Brasil chega a 212,6 milhões de habitantes, aponta IBGE**. Gov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/populacao-do-brasil-chega-a-212-6milhoesdehabitantesapontaibge#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20at%C3%A9%201%C2%BA,Uni%C3%A3o%2C%20por%20meio%20de%20portaria>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

JANE, Emma A.; BARKER, Chris. **Cultural studies: Theory and practice**. Cultural Studies, p. 1-760, 2016.

JÚNIOR, Carlos Borges. **Linguagem e narrativa, jornalismo e literatura: a construção das imagens de Amazônia na revista Manchete da década de 1980**. Verso e Reverso, v. 31, n. 77, 2017.

KOCH, A. K.; SANTOS, J. U. M.; ILKIU-BORGES, A. L. Sinopse das Orchidaceae holoepífitas e hemiepífitas da Floresta Nacional de Caxiuanã, PA, Brasil. **Hoehnea**, v. 41, p. 129-148, 2014.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das letras, 2020.

LEAL, Jorge Luiz dos Santos. **A Amazônia brasileira e o seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento**. 2019. 378 f. Tese (Doutor em Ciência Jurídica) Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2019.

LEVIEN, Sérgio Luiz Aguilar; FIGUEIRÊDO, Vladimir Batista; DE ARRUDA, Luiz Eduardo Vieira. **Panorama da atual área de agricultura irrigada no Brasil**. Editora Pantanal, 2021.

LIMA, Ademar dos Santos; SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Povos indígenas da Amazônia: do caminho da canoa à ressignificação das culturas e línguas**. Tellus, p. 31-52, 2021.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das fronteiras do Império ao Coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação socioespacial capitalista na segunda metade do século XIX**. 2007. 306 f. Tese (Doutor em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações**. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 1, p. 97-102, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Lizzy. **Próximos 5 anos vão determinar o futuro do planeta, diz relatório**. G1. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2024/10/11/proximos-5-anos-vaao-determinar-o-futuro-do-planeta-diz-relatorio.ghhtml>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 91-108, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império** (1871-1889). Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MIRANDA, Elderson Melo de. **A invenção discursiva da Amazônia a partir das cartas de viajantes europeus**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 14, n. 41, p. 325-338, 2023.

NUNES, Aline. **Sobre a pesquisa enquanto bricolagem, reflexões sobre o pesquisador como bricoleur**. Revista Digital do LAV, v. 7, n. 2, p. 30-41, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Amazônia e a nova geografia da produção da soja**. Terra livre, v. 1, n. 26, p. 13-43, 2006.

OLIVEIRA, Iana Cavalcante de. **A Imagem da Amazônia: estudo a respeito da percepção dos turistas estrangeiros sobre a Amazônia**. 2022. 175 f. Tese (Doutor em Agronomia Tropical) Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia**. **Horizonte**: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 30, p. 476-508, 2013.

PARÁ, Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 001, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/55-2021/13698-resolucao-cee-n-481-1-de-julho-2021?>. Acesso em: 17 de out de 2024.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Pesquisa e produção de saberes nas tramas dos estudos culturais**. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 13-31.

PEDROSA, Tatiana de Lima; PINTO, Ernesto Renan Freitas; DAGNAISSER, Dayanne Cristine Pires. **Patrimônio Material e Imaterial da Amazônia**. Letra Capital Editora, 2023.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Violência no campo, sul e sudeste do Pará**. Contemporantes: revista semanal de difusão cultural, v. IX, p. 1-4, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Feevale. 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalhocientifico---2-edicao>. Acesso em 05 de nov de 2024.

RAMOS, Johnny Markos Guedes et al. **O cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola de Rio Preto da Eva-Amazonas**. Research, Society and Development, v. 11, n. 7, p. e53811730479-e53811730479, 2022.

RAMOS, Marina Courrol. O desenvolvimento econômico na Amazônia Legal: seus impactos sociais, ambientais e climáticos e as perspectivas para a região. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, v. 9, n. 1, 2014.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. FGV editora, 2007.

RICHER, Roger. **Entidades afirmam que Amazônia é alvo de desinformação e de disputa de narrativas**. Câmara. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/964502-entidades-afirmam-que-amazonia-e-alvo-de-desinformacao-e-de-disputa-de-narrativas/>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

SANTOS, Esmeraldina dos. Histórias do meu povo. **Macapá: Confraria Tucuju**, 2002.

SCHARLAU, Birgit. Repensando a Colônia, relações interculturais e tradução. **Iberoamericana (2001-)**, v. 3, não. 12, pág. 97-110, 2003.

SCHNEIDER, Liane. **Identidade e hibridismo na Amazônia Brasileira: um estudo comparativo de Dois irmãos e Cinzas do norte**, de Milton Hatoum. Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 14, n. 21, p. 11-50, 2012.

SILVA, Giselle Alves. **Pós-Desenvolvimento: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia**. 2016. 230 f. Tese (Doutor em Administração) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2016.

SILVA, Sonaly Torres. **Na teia de Ananse: performances de contação de histórias afro-brasileiras com crianças**. Revista da FUNDARTE, Montenegro, ano, v. 23, p. 01-23, 2020.

SOUZA, M. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SPEETJENS, Peter. **“A Amazônia deve viver”: fotógrafo Sebastião Salgado volta para a floresta em seu novo livro**. Mongabay. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/05/a-amazonia-deve-viver-fotografo-sebastiao-salgado-volta-para-a-floresta-em-seu-novo-livro/>. Acesso em: 3 de dez de 2024.

STEINBRENNER, R. **Amazônia na Fronteira entre a Ciência e a Mídia: submissão ou superação do mito**. In: Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos: Intercom. 2007.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. v. 2, 1960.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza. Homem e Tempo: uma planificação ecológica**. 2ª edição—Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TRINDADE, José Raimundo. **Neoliberalismo e financeirização da Amazônia**. Aterraeredonda. 2022. Disponível em: <https://atterraeredonda.com.br/neoliberalismo-e-financeirizacao-da-amazonia/>. Acesso em: 02 de dez de 2024.

TUAN, Yi-Fu. **The significance of the artifact**. Geographical review, p. 462-472, 1980.

VELOSO, Maristela Midlej Araujo. **O jornal de pesquisa como dispositivo das redes da criação e autoria de professoras**. Revista Docência e Cibercultura, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2023.

VICENTINI, Juliana de Oliveira. **O discurso ambiental da TV: a Amazônia do Globo Repórter**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestre em Ciências) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZANATA, L. B. **A efetividade da ação civil pública e sua responsabilização no combate ao desmatamento da Amazônia legal no estado do Pará**. 2021. 87 f. Monografia (Bacharel em Direito) Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2021.